

"Times" condena política do País

LONDRES — O jornal Times publicou um editorial no qual critica o Brasil por "irresponsabilidade grave" em sua política financeira e diz que o problema do endividamento internacional continua-se agravando. Considera, porém, que não há motivo para a intervenção direta de governos estrangeiros em esforços para contornar a situação, conforme sugeriu o Lloyds Bank International.

Segundo o jornal, os governos ocidentais têm de se dispor a apoiar o Fundo Monetário Internacional em suas negociações para impor contenções monetárias no Brasil.

Segue a íntegra do editorial do Times:

"A renegociação das dívidas do Terceiro Mundo parece ter-se tornado uma atividade contínua. Assim que um conjunto de negociações chega ao fim, tem início o conjunto seguinte. O fato é que o problema da dívida internacional, apesar de muitas palavras de consolo por parte dos banqueiros centrais, continua-se deteriorando. Uma nova dimensão, embora não uma dimensão inesperada, foi acrescentada pela sugestão de mr. Guy Huntrods, um dos diretores do Lloyds Bank International, de que os governos precisam intervir diretamente na atual tentativa de resgate do Brasil.

Segundo mr. Huntrods, "o setor público precisa desempenhar o seu papel. Os números são grandes demais para que o setor bancário possa lidar sozinho com isso". Mas somente o tamanho não chega a ser a única base para se decidir se o apoio do governo é ou não apropriada. É verdade que o Brasil é o maior devedor do mundo e que a organização de novos empréstimos concedidos por centenas de bancos geograficamente dispersos mostrará ser algo muito difícil. O problema é que, assim que os bancos acreditarem que os governos irão livrá-los de seus clientes mais difíceis, eles deixarão de ter incentivos para colocar mais dinheiro ou pressionar esses clientes a se comportarem de forma mais responsável. Se os governos derem uma ajuda financeira ao Brasil, certamente se esperará que eles dêem uma ajuda financeira a praticamente toda a América Latina, assim como a boa parte da Ásia e da África também.

Já se afirmou que, se os governos não ajudarem agora, serão obrigados a ajudar mais tarde. Se os bancos acabassem com a brincadeira e reconhecessem que seus empréstimos para o Terceiro Mundo foram ruins, suas bases de capital deixariam de existir. Os governos teriam, então, de injetar dinheiro para que os bancos possam manter suas operações tradicionais nos países industrializados. Conforme essa argumentação, uma ação imediata é aconselhável porque evitaria custos e perturbações no futuro.

O argumento pode ser superficialmente irrefutável, mas não chega a estabelecer um caso para a

intervenção governamental. Afinal, foram os bancos que concederam os empréstimos em primeiro lugar. E eles liberaram os créditos na esperança de conseguirem lucros com isso. Um tal lucro teria visado ao benefício de seus acionistas. Em vez disso, eles estão se deparando agora com prejuízos, e estes também deverão ser suportados pelos acionistas dos bancos.

Se os bancos forem liberados, em retrospecto, de riscos comerciais assumidos por eles, todo o caráter das economias avançadas de mercado passará por uma alteração radical. A responsabilidade pelos enganos cometidos já não ficará mais com a administração bancária e com os seus acionistas, mas sim com os políticos, com os burocratas e, depois de determinado período de tempo, com os que pagam impostos. Não deve haver qualquer dúvida a respeito do seguinte: quando um banco empresta dinheiro e o perde, o governo não tem obrigação alguma de ajudar esse banco a resolver seus problemas.

Mesmo assim, é possível que haja uma justificativa para uma discreta participação governamental nas negociações das dívidas. Em última análise, a causa da crise que está sendo enfrentada pelo Brasil e seus banqueiros é a grande e grave irresponsabilidade das políticas financeiras do País. No ano passado, seu déficit orçamentário equivaleu a mais de 15% de sua receita nacional. Incapaz de continuar financiando esse déficit por meio de empréstimos externos, o governo brasileiro se viu obrigado a apelar para as máquinas de impressão. A inflação, um estratagema politicamente conveniente, mas socialmente prejudicial, e que serve para aumentar os impostos, foi acelerada. No momento, ela já atingiu o nível intolerável de 150%.

Nessas circunstâncias, os banqueiros não podem esperar realisticamente que o Brasil pague o serviço de suas dívidas. Mas o problema pode ser transitório. É possível que o Brasil se coloque numa posição melhor dentro de dois ou três anos, caso o déficit orçamentário seja eliminado. Restrições orçamentárias são, realmente, a exigência central do Fundo Monetário Internacional nas atuais negociações com o País. Os governos ocidentais devem estar dispostos a dar apoio ao Fundo Monetário Internacional nessa sua tarefa, se necessário por meio de maiores aumentos do seu capital. Isto poderá dar, ao Brasil um espaço para respirar colocar em ordem sua posição financeira e, também, permitir que as autoridades dos bancos centrais dos países mais desenvolvidos se preparem para a pior de todas as eventualidades, ou seja, que o Brasil continue incapaz de saldar suas dívidas. Fusões bancárias forçadas e mudanças administrativas poderão, infelizmente, se tornar necessárias nessa ocasião, da mesma forma como foram necessárias em crises financeiras anteriores".